



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1074/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Requerimento de Informação nº 1.926/2025.

Referência: Ofício 1ªSec/RI/E/nº 194/2025, de 17 de junho de 2025.

Senhor Primeiro-Secretário,

Em resposta ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 194/2025 (6784546), referente ao Requerimento de Informação nº 1.926/2025 (6784547), por meio do qual foram solicitadas informações acerca da viagem da Primeira-Dama à Federação da Rússia, encaminho a Nota SAJ nº 387/2025/SAIP/SAJ/CC/PR (6838444), da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil da Presidência da República.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/07/2025, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6844970** e o código CRC **D96FEEB6** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Nota SAJ nº 387 / 2025 / SAIP/SAJ/CC/PR

Interessado: Câmara dos Deputados. Deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM)

Assunto: Requerimento de Informação (RIC) nº 1.926/2025

Processo : 00046.000599/2025-11

Senhor Secretário Especial,
Senhora Secretária Especial Adjunta,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se do Ofício nº 297/2025 (6784548), da Coordenação-Geral de Transparência (CGT/SSGP/SE/CC/PR), que faz referência **Requerimento de Informação (RIC) nº 1.926/2025** (6784547).
2. O requerimento fora aprovado, conforme atesta o Ofício 1ªSec/RI/E/nº 194/2025 (6784546), da Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados.
3. No requerimento em questão, o Deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM) solicita informações a respeito da "antecipação da viagem da primeira-dama Janja à Rússia", o que faz por meio dos seguintes quesitos:

- 1) A visita foi coordenada com o Itamaraty e justificada com base em que critérios diplomáticos ou institucionais?
- 2) Por que a agenda da primeira-dama não foi integrada à da comitiva presidencial, como é praxe protocolar?
- 3) A primeira-dama não ocupa cargo oficial de representação do Estado brasileiro. Por que ela está participando de agendas que envolvem relações internacionais, especialmente em um país com forte tensão geopolítica como a Rússia?
- 4) Quantas pessoas viajaram com Janja antes da comitiva oficial? Quem autorizou a composição dessa comitiva e com base em quais critérios?
- 5) Existe relatório detalhado de despesas que esteja ou será disponibilizado à sociedade e ao Congresso?
- 6) Havia urgência em visitas culturais e institucionais que não pudessem ser realizadas no mesmo período da visita presidencial?

II – ANÁLISE JURÍDICA

4. Nos termos da Constituição da República, compete aos Ministros de Estado exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência (art. 87, parágrafo único, inciso I). Em conformidade, dispõe o art. 58, §2º, inciso III, que os Ministros de Estado podem ser convocados pelas Comissões do Congresso Nacional para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

5. No mesmo sentido, o art. 50, §2º, da Constituição da República destaca que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações aos Ministros de Estado.

6. Desse modo, conclui-se que os Ministros de Estado, por integrarem o Poder Executivo, sujeitam-se à fiscalização e controle do Parlamento.

7. Fixadas essas balizas, importa destacar as competências da Casa Civil da Presidência da República, à luz do art. 3º da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023. Vejamos (destaques acrescidos):

Lei nº 14.600/2023

Art. 3º À Casa Civil da Presidência da República compete assistir diretamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente nos seguintes aspectos:

I - coordenação e integração das ações governamentais;

II - análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais;

III - avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da administração pública federal;

IV - coordenação e acompanhamento das atividades dos Ministérios e da formulação de projetos e de políticas públicas;

V - coordenação, monitoramento, avaliação e supervisão das ações do Programa de Parcerias de Investimentos e apoio às ações setoriais necessárias à sua execução;

VI - implementação de políticas e de ações destinadas à ampliação da infraestrutura pública e das oportunidades de investimento e de emprego;

VII - coordenação, articulação e fomento de políticas públicas necessárias à retomada e à execução de obras de implantação dos empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos;

VIII - verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais;

IX - coordenação do processo de sanção e veto de projetos de lei enviados pelo Congresso Nacional;

X - elaboração e encaminhamento de mensagens do Poder Executivo federal ao Congresso Nacional;

XI - análise prévia e preparação dos atos a serem submetidos ao Presidente da República;

XII - publicação e preservação dos atos oficiais do Presidente da República;

XIII - supervisão e execução das atividades administrativas da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República; e

XIV - acompanhamento da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores, no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, além de outros órgãos determinados em legislação específica, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Decreto nº 11.329/2023 - Anexo I

Art. 1º À Casa Civil da Presidência da República compete assistir diretamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente:

I - na coordenação e na integração das ações governamentais;

II - na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais;

- III - na avaliação e no monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da administração pública federal;
- IV - na coordenação e no acompanhamento das atividades dos Ministérios e da formulação de projetos e políticas públicas;
- V - na coordenação, no monitoramento, na avaliação e na supervisão das ações do Programa de Parcerias de Investimentos e no apoio às ações setoriais necessárias à sua execução;
- VI - na implementação de políticas e de ações destinadas à ampliação da infraestrutura pública e das oportunidades de investimento e de emprego;
- VII - na coordenação, articulação e fomento de políticas públicas necessárias à retomada e à execução de obras de implantação dos empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos;
- VIII - na verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais;
- IX - na coordenação do processo de sanção e veto de projetos de lei enviados pelo Congresso Nacional;
- X - na elaboração e no encaminhamento de mensagens do Poder Executivo federal ao Congresso Nacional;
- XI - na análise prévia e na preparação dos atos a serem submetidos ao Presidente da República;
- XII - na publicação e na preservação dos atos oficiais do Presidente da República;
- XIII - na supervisão e na execução das atividades administrativas da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República; e
- XIV - no acompanhamento da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores, no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, além de outros órgãos determinados em legislação específica, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Parágrafo único. As competências da Casa Civil de assessoramento do Presidente da República na coordenação, na integração, na articulação, no monitoramento e na avaliação da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da administração pública federal serão realizadas mediante demanda do Presidente da República e não implicam dever da Casa Civil de:

- I - atuação em matérias da competência precípua de outros órgãos e entidades públicas federais; ou**
- II - intermediação na relação entre órgãos e entidades da administração pública federal e os órgãos de controle.**

8. Destaca-se que, exercidas sob demanda do Chefe do Poder Executivo, tal como realçado no parágrafo único do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 11.329/2023, "*as competências da Casa Civil de assessoramento do Presidente da República na coordenação, na integração, na articulação, no monitoramento e na avaliação da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da administração pública federal*" não implicam "*atuação em matérias da competência precípua de outros órgãos e entidades públicas federais*" e "*intermediação na relação entre órgãos e entidades da administração pública federal e os órgãos de controle*".

9. Feitas essas observações, anota-se que a Primeira-Dama Rosângela da Silva viajou a Moscou, Federação da Rússia, enquanto componente da Comitativa Oficial que acompanhou o Presidente da República, conforme Decreto publicado no Diário Oficial da União em 30/04/2025 (link: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-de-30-de-abril-de-2025-626984097>) e para promover agendas brasileiras nas áreas sociais, educacionais e culturais.

10. Os compromissos de interesse público assumidos pela Primeira-Dama, no exercício de seu papel representativo simbólico reconhecido pela Orientação Normativa nº 94/2025, expedida pela Advocacia-Geral da União (AGU), podem ser visualizados em sua agenda, que se encontra em transparência ativa no link: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/agenda-da-primeira-dama/agenda-da-primeira-dama/2025-05-02>.

11. Registra-se que, em prestígio ao princípio da economicidade, a Primeira-Dama viajou em 02/05/2025 juntamente com as comitivas técnica e de apoio à visita presidencial, e deixou a Federação

da Rússia em 10/05/2025, juntamente com o Presidente da República.

12. Cabe esclarecer, ainda, que questionamentos sobre os gastos das viagens presidenciais internacionais devem ser encaminhadas ao Ministério das Relações Exteriores, nos termos do Decreto nº 940, de 27 de setembro de 1993. À Presidência da República compete apenas o custeio de despesas residuais, cujas informações, tão logo finalizados os processos de prestação de contas, dentro dos prazos legais, serão colocadas em transparência ativa no Painel de Viagens do Governo Federal.

13. Sugere-se que a presente Nota seja encaminhada como resposta ao Requerimento de Informações nº 1.926/2025.

Brasília, na data da assinatura.

TIAGO HENRIQUE CEZAR DA SILVA
Secretário Adjunto
Secretaria Adjunta de Informações Processuais
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

De acordo. Após aprovação, remeta-se a presente Nota SAJ à Coordenação-Geral de Transparência da Subsecretaria de Governança Pública da Secretaria Executiva, em resposta ao Ofício nº 297/2025/CGT/SSGP/SE/CC/PR (6784548).

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA
Secretária Especial Adjunta
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Henrique Cezar da Silva, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 11/07/2025, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 11/07/2025, às 19:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6838444** e o código CRC **BEF37021** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0